

Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB

Eduardo Kenedy (UFF)¹

Resumo: Neste artigo, apresento a proposta de que o componente sintático da NGB seja reformulado de modo a (i) introduzir a noção de sintagma e (ii) simplificar as funções sintáticas em apenas quatro: sujeito, predicado, complemento e adjunto. Sustento essa proposta com base na Teoria X-barras clássica nos estudos formalistas e discuto algumas de suas conseqüências para o ensino de gramática nas aulas de língua materna na escola básica brasileira.

Palavras-chave: Sintaxe, NGB, Teoria X-barras, Ensino de gramática.

Abstract: In this article, I propose that the syntactic component of NGB must be reformulated in order to (i) introduce the notion of phrase and (ii) reduce the syntactic functions into only four types: subject, predicate, complement and adjunct. I support these assumptions on the classic X-bar theory of generative linguistics and I also bring into consideration some consequences of this proposal over the educational reality of Brazilian elementary schools.

Keywords: Syntax, NGB, X-bar theory, teaching of grammar.

1. Introdução

A terminologia adotada atualmente em nossas gramáticas e livros escolares foi estabelecida em 1959, por meio da Portaria nº 36 do Ministério da Educação, que ficou conhecida como Nomenclatura Gramatical Brasileira, com a sigla NGB. A NGB foi elaborada por uma comissão formada por 5 renomados professores (Antenor Nascente, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Cunha e Rocha Lima) e 3 assessores não menos ilustres (Antônio Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia). Essa comissão foi especialmente contratada pelo Ministério da Educação, em 1957, com o objetivo de realizar, nas palavras do então Ministro da Educação, professor Clóvis Salgado, uma “pesquisa minuciosa das contribuições apresentadas pelos melhores filólogos e lingüistas de todo o país”, a fim de “simplificar” e “unificar” a terminologia gramatical utilizada no meio acadêmico brasileiro.

De fato, a heterogeneidade de termos até então utilizados pelos estudiosos da gramática constituía um grande problema não apenas para o estudo escolar do português, mas também para o avanço das pesquisas lingüísticas do Brasil. Só para termos uma idéia, tomando um exemplo da sintaxe, o sintagma que é selecionado como complemento do nome (substantivo, adjetivo ou advérbio), hoje universalmente descrito como “complemento nominal”, tinha, antes da NGB, as denominações “objeto nominal” (Maximino Maciel),

¹ Professor de Linguística da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Grupo de Estudos de Psicolinguística Experimental (GEPEX). Contato com o autor: www.eduardokenedy.net.

“complemento restritivo” (Carlos Góis), “complemento terminativo” (Eduardo Carlos Pereira), “adjunto restritivo” (Alfredo Gomes), entre outras. Além disso, nos estudos gramaticais pré-NGB, era muito comum que termos da análise lógica fossem misturados a termos da descrição gramatical, provocando confusão quanto ao valor de certas notações, tais como “complemento lógico”, “adjunto inampliado”, “constituente incompleto”, dentre muitos outros casos. No meio de tanta imprecisão vocabular e dentre tantos termos descritivos díspares, o estudioso da língua muitas vezes se via obrigado a aprender uma nomenclatura específica a cada autor consultado – ou mesmo a cada livro diferente de um mesmo autor. Diante desse cenário, não é exagero dizer que, antes da NGB, vivíamos no Brasil uma verdadeira babel terminológica. Não há dúvidas, portanto, de que a NGB tenha representado, à sua época, uma grande contribuição que possibilitou avanços importantes nos estudos gramaticais brasileiros no estudo da língua portuguesa em sala de aula.

No entanto, como primeira tentativa de uniformização terminológica, a NGB não poderia deixar de apresentar erros e limitações – sobretudo se analisada no contexto atual, após o rápido desenvolvimento das ciências da linguagem nos últimos 50 anos. Talvez sua maior falha tenha sido justamente não antever sua possível reformulação, por correção e/ou atualização, determinando, já no corpo da lei, datas ou intervalos de tempo destinados a revisões. No presente texto, intenciono apontar o que considero os mais graves erros e as maiores limitações da NGB, tendo especial atenção ao componente sintático da gramática. Pretendo expor esses problemas e formular-lhes uma solução à luz da teoria sintática clássica dos estudos formalistas – a chamada Teoria X-barras. Acredito que a aplicação pedagógica dessa teoria seja útil não apenas para ensejar uma (necessária!) revisão do componente sintático da NGB, mas também para sugerir melhoras na qualidade do ensino de sintaxe nas aulas de língua materna ministradas ao longo dos anos da Educação Básica em nosso país.

2. Problemas com a NGB

O primeiro problema a ser apontado não é propriamente *da* NGB, mas *com* a NGB, e diz respeito à compreensão incorreta que muitos gramáticos, professores, escolas e editoras de livros fizeram da lei. Ao examinarmos gramáticas escolares e livros didáticos lançados após 1959, percebemos que a grande maioria deles converteu a NGB em conteúdo programático das lições de português. Os termos propostos para descrever fenômenos gramaticais passaram a ser o objetivo da análise da língua, deixando a própria língua em segundo plano. O que fora

proposto pela NGB como *um meio*, um conjunto de instruções notacionais, foi interpretado nos livros didáticos como *o fim*, o conteúdo a ser ministrado. Mesmo nos dias de hoje, quando folheamos livros amplamente adotados nas escolas do país, como, por exemplo, o “Língua, Literatura e Redação” (José de Nicola, ed. Scipione, ed. 2006), encontramos, na parte dedicada à sintaxe, uma lista com os chamados termos da oração, que são, eles próprios, o conteúdo a ser ensinado pelo professor no capítulo destinado ao “Período Simples”. Esses livros são, muitas vezes, uma mera transcrição da NGB e corrompem sua a idéia de nomenclatura, convertendo-a em conteúdo.

Ora, essa confusão fez com que as aulas de português de nossa Educação Básica deixassem de ser *aulas de língua* e passassem a ser *ensino da NGB*, tornando a metalinguagem pela metalinguagem um fim em si mesmo. Trata-se de uma das maiores deformações da história dos conteúdos educacionais brasileiros, cujos efeitos maléficos (memorização mecânica, desconsideração do texto e do contexto) não foram ainda plenamente superados. É conveniente, portanto, que a NGB apresente, já em sua introdução (em parágrafo ou alínea), uma nota introdutória, advertindo explicitamente que as notações ali apresentadas não devem ser convertidas em conteúdo programático das aulas de português de nossas escolas. Antes, são elas orientações para o uso da metalinguagem com o objetivo de descrição de certos fenômenos gramaticais.

3. Problemas da NGB

3.1. Ausência da noção de sintagma

No que diz respeito aos problemas *da* NGB, a completa ausência da noção de constituinte (sintagma) e sua estrutura é, sem dúvida, a causa da grande maioria das incorreções e incoerências da nomenclatura. A NGB dedica-se completamente à função dos *termos* da frase, mas em nada se detém na análise da estrutura interna desses constituintes. Ora, as funções sintáticas são desempenhadas por constituintes em relação a outros constituintes. Logo, a função de um termo é uma noção secundária, na qual se pressupõe o conhecimento do elemento primitivo (o *constituente*, o próprio *termo*). Identificar, por exemplo, o sujeito e o predicado de uma frase, e dentro do predicado identificar o objeto e seu núcleo e assim por diante, é uma tarefa de identificação de estruturas e de relações entre elas. Assim, a principal reformulação a ser proposta em nossa nomenclatura gramatical deve ser

introduzir a noção de constituinte na descrição da língua, com o termo *sintagma*, tradução correta do termo inglês PHRASE.

Sintagmas são os elementos da frase – palavras, outros sintagmas ou orações – que juntos formam uma unidade estrutural e estão sujeitos a operações produtivas na língua, como pronominalização, elipse, interrogação *qu-*, topicalização, clivagem etc. Na frase abaixo ocorrem três sintagmas.

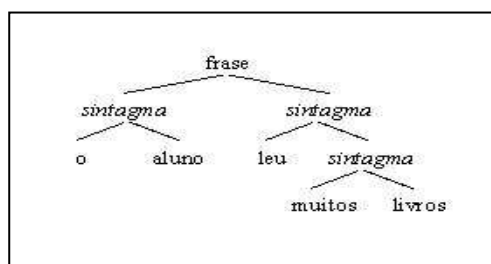


Figura 1: sintagmas

A noção de sintagma está relacionada à de núcleo, em torno do qual os constituintes do sintagma encontram-se organizados. O núcleo é responsável pelo rótulo que podemos dar aos sintagmas. Assim, o núcleo nominal N é estruturado de um SN (sintagma nominal), o verbo V estrutura um SV, um adjetivo A, um SA, e a preposição P, um SP.

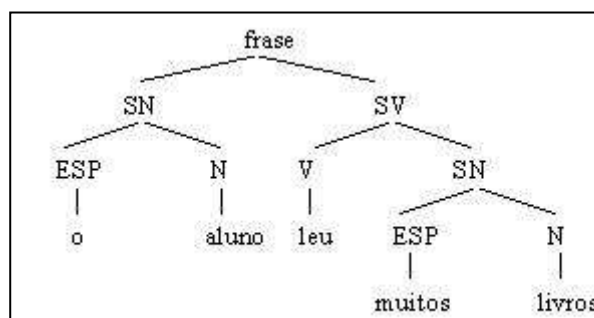


Figura 2: alguns sintagmas e seus rótulos

A primeira tarefa na análise sintática é, portanto, proceder à identificação dos sintagmas, determinar a estrutura interna das frases, em seus constituintes. A NGB deve, assim, apresentar o conceito de sintagma antes de qualquer outra noção, ilustrando os diferentes tipos de sintagmas lexicais do português. A partir do conceito central de sintagma, será possível corrigir muitas das incoerências da NGB que dizem respeito à identificação de funções sintáticas. Vejamos algumas delas.

3.2. A NGB dá nomes diferentes a uma mesma função

Objetos diretos, objetos indiretos e, em alguns casos, adjuntos adverbiais são diferentes termos prescritos pela NGB para a identificação de uma mesma e única função, a de complemento verbal. Assim, o SN complemento de ver em “João viu *o jogo*”, o SP complemento de V em “João assistiu *ao Jogo*”, o SP complemento de ir em “João foi *à praia*” são denominados, segundo a NGB, *objeto direto*, *objeto indireto* e *adjunto adverbial*, respectivamente. Ora, a motivação para esses nomes não é derivada de algum princípio relevante para a classificação da função puramente sintática, como a presença ou não de preposição na introdução do complemento, ou fato de ele possuir valor semântico de lugar ou de outro circunstancial. Portanto, em nome da simplicidade e com atenção a fenômenos estritamente sintáticos, todas essas funções podem ser descritas como *complementos verbais*. A observação mais minuciosa de se tratar de um complemento SN ou SP, ou de um complemento com valor dado circunstancial fica a critério dos pormenores relevantes a análises específicas, sejam elas morfossintáticas, semântico-pragmáticas ou outras. Tais minúcias são desnecessárias para a padronização geral veiculada pela NGB.

O mesmo pode ser dito a respeito da função de complemento nominal. Na verdade, a diferença entre o “complemento nominal”, “o objeto indireto” ou outro complemento qualquer não é a *função* que eles desempenham – que é sempre a de complemento. A diferença está no núcleo que comanda tal complemento: os complementos nominais são comandados por um nome e os objetos (bem como alguns adjuntos adverbiais) são comandados por verbos. Assim, *complemento nominal*, *objeto direto*, *objeto indireto* e *adjunto adverbial* (de verbos de movimento, como *ir*, *chegar* – chamados por Bechara (1999) de *complementos circunstanciais*) podem ser caracterizados simplesmente como *complementos*. Naturalmente, poderá haver na descrição linguística uma subespecificação para o termo *complemento*, usando-se os compostos *complemento verbal* ou *complemento nominal* (ou, mais corretamente, *complemento não-verbal*, como veremos) quando houver a intenção de aludir ao núcleo que o comanda. A propósito, a própria NGB de certa forma esboçou a simplificação que aqui sugerimos. Com efeito, nossa nomenclatura oficial atual inclui os dois tipos de objeto numa função maior (a de complemento verbal), além de reservar o termo único *complemento nominal* para os complementos de substantivos, de adjetivos, de advérbios e de preposições.

3.2. Tipos de adjunto

Na descrição da estrutura dos sintagmas, a NGB deverá indicar que, além de eventualmente selecionar um complemento (em consequência de seus traços semântico-lexicais), um núcleo de sintagma pode combinar-se também com um adjunto. A adjunção a núcleos lexicais é denominada *especificação*. Assim, *especificador* é o termo usado na teoria linguística para fazer referência a adjuntos de núcleos lexicais. A lógica da combinação sintática entre um núcleo qualquer (V, N, A ou P) e seus complemento e especificador é ilustrada 3 a seguir. Note-se que essa estrutura do sintagma é a mesma para qualquer tipo de núcleo. O núcleo, além de figurar sozinho nos sintagmas unitários, pode também, como é indicado na figura, selecionar um complemento ou selecionar um especificador. É possível, por fim, que um núcleo selecione ambos complemento e especificador. Nesse caso, a dupla seleção é indicada com a *barra* ou *linha* justaposta ao núcleo repetido, tal como se utilizada na Teoria X-barras (cf. Mioto et al., 2005).

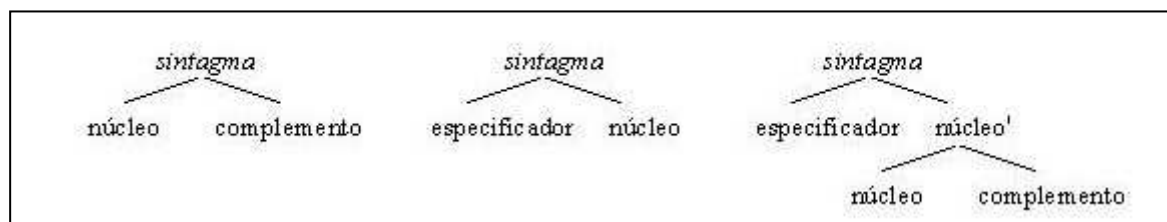


Figura 3: núcleo, complemento e especificador na estrutura dos sintagmas

A operação sintática da *adjunção* pode ocorrer não apenas em relação a um núcleo lexical, mas também com sintagmas ou mesmo com frases. Assim, a nomenclatura *especificador* será útil para descrever apenas as relações que se estabelecem dentro do sintagma. Na análise das funções sintáticas, o termo *adjunto*, porém, servirá tanto para descrever a *especificação*, quanto a *adjunção* entre sintagmas e frases. A figura abaixo ilustra um caso de adjunção entre sintagmas.

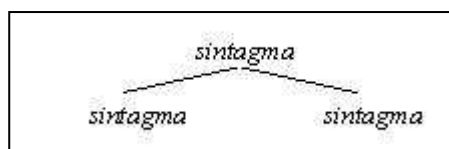


Figura 4: adjunção de sintagmas

Note-se que, a bem da simplicidade, a subespecificação do tipo de adjunção (se nominal ou não-nominal) é uma informação secundária, relativa ao tipo de sintagma que

recebe o adjunto, bem como o termo *especificador* fornece informação adicional (a adjunção a um núcleo lexical qualquer, e não a sintagmas ou orações).

4. Propostas para uma nova sintaxe

A partir da noção de sintagma e suas relações, a nova proposta de nomenclatura sintática na NGB poderá ser reduzida a apenas quatro funções fundamentais, com algumas subespecificações a depender do núcleo do constituinte. São elas:

- 1) SUJEITO
- 2) PREDICADO
- 3) COMPLEMENTO
- 4) ADJUNTO

Sujeito e predicado são os dois grandes constituintes da frase, os dois maiores sintagmas da oração, no interior dos quais todos os demais sintagmas da frase estão estruturados e todas as demais funções sintáticas são estabelecidas de maneira recursiva, tal como a NGB categorizou. As duas outras noções esboçadas aqui são capazes de sintetizar todas as demais propostas em 1959 e outras não previstas pela NGB. Senão, vejamos.

4.1. Sujeito

Em nossa nova nomenclatura, as distintas subclassificações de sujeito originalmente propostas pela NGB (indeterminado, inexistente etc.) devem ser abandonadas, considerando-se que não capturam nenhum valor sintático da função *sujeito* (sobre essa problemática, ver Perini, 1985 e 1995). As únicas subespecificações cabíveis para a categoria de sujeito numa nomenclatura geral são: **sujeito preenchido** vs. **sujeito nulo** (isto é, realizado foneticamente vs. não realizado foneticamente). Assim, em frases como “*Paulo saiu*”, “*Paulo e Maria casaram-se*”, “*Navegar é preciso*”, o termo destacado pode ser caracterizado simplesmente como *sujeito*, ou *sujeito preenchido*. O fato de o sujeito ser estruturado por apenas um sintagma (simples), ou mais de um (composto), ou ainda por uma oração (sujeito em forma de oração) não é fato relevante para ser determinado na NGB – já que esses são fenômenos decorrentes da *recursividade* natural à sintaxe. Essas subanálises são específicas e não necessitam ser padronizadas numa nomenclatura ainda mais complexa (como a subclassificação de orações subordinadas proposta na NGB atual).

Já em frases como “Ø comprei um livro”, “Ø assaltaram aquela loja” e “Ø faz muito calor no Rio de Janeiro”, os respectivos sujeitos não são preenchidos foneticamente (conforme se indica com “Ø”), devendo ser classificados como *sujeito nulo*. Note-se que há diferenças semânticas e pragmáticas nos empregos possíveis do sujeito nulo: pode ele ser indeterminativo, referencial ou não-referencial, mas, novamente, esses são detalhes que interessam ao estudo da língua, e não devem ser padronizados numa nomenclatura geral, simples e abrangente como a NGB deve ser.

4.2. Predicado

As subclassificações da função *predicado* propostas pela NGB podem ser corrigidas para: *predicado verbal*, *predicado não-verbal* e *predicado misto*. A natureza do predicado é, naturalmente, determinada pelo núcleo lexical que desempenha o papel de predicador na frase. Assim, se o predicador é V, temos o predicado verbal: “Paulo *ama* Maria”. Se temos qualquer outro predicador (N, A ou P), então o predicado é não-verbal: “Ele é *um amor*”, “Ele está *doente*”, “Eles está *em casa*”. Já se há mais de um predicador na frase e eles são de diferentes tipos (verbal e não-verbal), então ocorre um predicado misto: “Paulo *saiu* de casa *irritado*”. Note que a predicação em “Ele está *em casa*” é desempenhada pela preposição, que localizada algo no espaço, sendo o verbo da frase não-lexical (não predicador), mas flexional (de ligação).

4.3. Complementos

Aos complementos, cabe, como já foi dito, a subespecificação de *complementos verbais* e *complementos não-verbais*. Mais uma vez, o que define a natureza dessa subclassificação é o tipo de núcleo que seleciona o complemento. Para o núcleo V, teremos complementos verbais: “Ele leu *muitos livros*”, “Ele assistiu *a muitas peças*”, “Ele chegou *em casa*”. Para os núcleos N, A e P (e Adv), teremos complementos não-verbais. “*Ida ao Japão*”, “*consciente dos problemas*”, “*para você e seus amigos*”. O termo “não-verbal”, assim como no caso dos tipos de predicado, é particularmente mais claro que o seu quase-sinônimo “nominal”, afinal N, A e P (e Adv) são não-verbais, mas não são necessariamente nominais.

Vimos que um sujeito em forma de oração pode ser denominado simplesmente de sujeito, com a possibilidade de os pesquisadores e os estudantes nomearem tal termo como *sujeito oracional* ou equivalente, dispensando, portanto, a necessidade de mais nomes em

nossa nomenclatura oficial (como o pavoroso termo *oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo*, por exemplo). Da mesma forma, um complemento em forma de oração pode ser denominado simplesmente *complemento*, e assim como é possível subespecificá-lo em verbal ou não-verbal, pode-se chamá-lo de *complemento oracional*, *complemento em forma de oração* quanto quisermos realçar que se trata de complemento-oração e não apenas um complemento não-oração, dispensando, assim, os termos longos e obscuros da atual NGB, que são previsíveis pela recursividade da sintaxe.

4.4. Adjuntos

Também os adjuntos podem ser subclassificados em verbais e não-verbais. A diferenciação dá-se de acordo com o elemento que recebe a adjunção: se quem recebe o adjunto é o verbo V ou sua projeção sintagmática SV, então teremos um adjunto verbal: “Ele não saiu de casa”, “Ele dormiu *no chão*”, “Ele irrita-se *quando chove muito*”. Se quem sofre a adjunção é N, A, P (ou Adv) ou suas projeções sintagmáticas SN, SA, SP (ou SAdv), isso quer dizer que teremos um adjunto não-verbal: “*dez* livros”, “livros *de matemática*”, “triste *de dar pena*”, “*quase* sem paciência”.

Considerando-se, mais uma vez, o fenômeno da recursividade, sabemos que os adjuntos podem também ocorrer em forma de oração, o que significa que a eles podemos aplicar os termos simples *adjunto oracional*, *adjunto em forma de oração*, evitando mais uma vez nomes mais extensos e complicados que inflacionem desnecessariamente nossa nova NGB. Dessa forma, na frase “O livro *que lemos* era muito bom”, chamaremos o item destacado de adjunto não-verbal (e oracional, se quisermos), em vez de *oração subordinada adjetiva restritiva desenvolvida*.

É importante citar que a função denominada na NGB como “agente da passiva” é motivada por sua natureza semântica. Do ponto de vista sintático, tal *agente* se comporta com um adjunto verbal. Também os termos “aposto” e “vocativo” não desempenham papel na descrição sintática da frase (e, sim, pragmática e discursiva), podendo, por isso, ser preservados na NGB, mas respeitado o seu devido domínio de descrição linguística – fora da sintaxe.

5. Conclusões

Com uma nomenclatura enxuta, não redundante e elegante – aqui meramente esboçada, numa forma inicial de reflexão –, o estudo escolar da gramática do português poderá ser conduzido de uma maneira mais produtiva, em busca de um efetivo *estudo da gramática língua*, muito além do aprendizado da *metalinguagem para o estudo da língua*. Por exemplo, a nova sintaxe da NGB, tal como aqui proposta, determina que sujeito e predicado são as duas grandes funções da frase, mas o que vem a ser *sujeito* e *predicado*? Como identificá-los num enunciado linguístico? A nomenclatura não deve dizer nada sobre isso. Nessa esfera, já adentramos no estudo do funcionamento da língua propriamente dito, para o qual a nomenclatura será útil, mas não pode fazer tudo. Professores e alunos precisaram discutir as relações entre léxico, semântica e sintaxe para chegar à noção de predicador e, dela, à noção de sujeito como argumento externo do predicador, o qual em si forma o predicado... isso, entretanto, está muito além da pura nomenclatura.

Em resumo, a sintaxe de uma nova NGB precisa ser iniciada com a noção de sintagma, a unidade estrutural básica das frases. Deve elencar os tipos de sintagma lexical do português e apontar o fenômeno da recursividade: sintagmas podem construir novos sintagmas combinando-se com outros sintagmas, orações são formadas de sintagmas e podem formar outras orações (ou a frase) combinando-se com mais orações. Como dissemos, a noção de recursividade torna desnecessária a distinção rígida entre períodos simples e compostos, com a enfadonha classificação de orações subordinadas da NGB.

A partir da noção de sintagmas, podemos identificar *sujeito* (preenchido, nulo – e oracional), *predicado* (verba, não-verbal e misto), *complemento* (verbal, não-verbal – e oracional) e *adjunto* (verbal, não-verbal – e oracional), dando conta de todas as funções sintáticas da frase. Naturalmente, muitos fenômenos antes listados na NGB não seriam cobertos por essa nomenclatura simples. Ocorre, contudo, que tais fenômenos não são estritamente sintáticos e devem ser legislados, portanto, noutros espaços da nova NGB, como a semântica e a pragmática.

6. Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. RJ: Lucerna, 1999.
MIOTO, C. et al. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2005.
PERINI, M. *Para uma nova gramática do português*. SP: Ática, 1995.
PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. SP: Ática, 1995.